

► **Informações Básicas**

Texto do Discurso

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é evidente que no início desta nova legislatura os temas mais relevantes são os Projetos do Executivo que estão na Casa para serem ou não apreciados pelo plenário da Assembleia Legislativa. Quero lembrar que Projetos são esses.

Desde o ano de 2015 já tem aqui, em primeira votação - sofreu Emendas que foram discutidas no Colégio de Líderes até a de número 42 - uma minirreforma da legislação previdenciária do Estado do Rio de Janeiro adaptando-a a legislação federal, isto é, aquela lei que foi aprovada no Congresso Nacional dando legalidade à medida provisória proposta pela Presidente Dilma que diz respeito especificamente a uma tabela que diz do direito ao tempo de pensão proporcional à expectativa de vida do cidadão brasileiro. Esse Projeto – volto a dizer – já veio à pauta, foi discutido, foi emendado, recebeu mais de seis dúzias de Emendas e no Colégio de Líderes já foi discutida até a Emenda nº 42.

O segundo é um Projeto de Lei também encaminhado à Casa em 2015 que extingue seis fundações. Vou aprofundar esta discussão. Esse Projeto veio à pauta, recebeu muitas Emendas e quando retornar à pauta, somente com as devidas explicações, poderá receber mais Emendas ainda.

O terceiro Projeto de 2015, também diz respeito à supressão da estrutura do Estado da Fenorte. Também já veio à pauta, foi emendado, já teve discussão no Colégio de Líderes, falta votar em 2ª discussão.

Agora, em 2016, chegaram duas Emendas Constitucionais e um Projeto de Lei. Projeto de Emenda Constitucional que pretende substituir provisoriamente, para manter compromisso do Rioprevidência, recursos do Fecam por recursos de impostos.

A segunda Emenda Constitucional diz respeito à redução que o Poder Executivo quer fazer na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que atribui 2% para a Ciência e Tecnologia, e o Governo do Estado quer reduzir para 1% até o ano de 2018.

O terceiro Projeto de Lei, o mais complexo de todos, é aquele que deseja acachapar o funcionalismo público estadual, que o Governo do Estado intitulou erradamente de Lei de Responsabilidade Fiscal do Estado.

Sr. Presidente, feita esta preliminar, quero, hoje, começar pelo mais antigo, aquele que extingue seis fundações.

Sr. Presidente, presta atenção, o Governador do Estado, em 2015, disse que essa extinção dessas fundações, seis, escolhidas a dedo, as melhores fundações que ele pretende extinguir, daria uma economia ao Estado de 500 milhões de reais. Um número totalmente absurdo, e vou demonstrar.

Ficamos perplexos de um Chefe de Estado falar de um número de economia anual que não corresponde à realidade. Depois ele veio aqui, na abertura dos trabalhos legislativos, e está transcrito no Diário Oficial, dizendo que daria uma economia de 88 milhões. Também, achei um valor acima do mundo real. Mas de 500 para 88 é uma diminuição praticamente de seis vezes.

Hoje, no Jornal *O Globo*, Deputado Dr. Sadinoel, é estampada a fala do Governador dizendo que a extinção dessas fundações gerará uma economia de 500 milhões de reais. Peguei o Orçamento de 2016 e peguei as seis fundações: a FIA, a Ceperj, a Santa Cabrini, a Anita Mantuano, o MIS e a Fiperj. As seis fundações somados os seis Orçamentos dá 130 milhões. Como pode ter uma economia superior a tudo aquilo a que as fundações vão gastar? Ou o Governador perdeu o rumo ou ele tem uma assessoria profundamente incompetente, como eu venho aqui dizendo, em vez de ele ter assessores, ele tem obsessores. Porque se cada uma dessas unidades, a FIA gasta 28 milhões de reais por ano; a Ceperj gasta 27 milhões; a Santa Cabrini gasta 25 milhões; a Anita Mantuano gasta 30 milhões; o MIS gasta 4,600 milhões, e a Fiperj 15,5 milhões, a soma disso é 130 milhões. Como é que ele pode economizar 500 milhões por ano? Deputado Marcos Abrahão, nem com mágica!

Aí, eu vou mais fundo, levanto quanto é que gasta de pessoal. Porque a grande economia que ele pode fazer é do pessoal extraquadro.

Ele gasta com pessoal 84 milhões. Ora, o que eu imagino? Não imagino o mundo da ficção. Mais ou menos, elas por elas, essas fundações têm 50% de ativos concursados e 50% de extraquadro, então, só se pode economizar no extraquadro. Se pegarmos os 50% de extraquadro, a economia é de 43 milhões, nem é de 88. Quer dizer, o Governador quer vender um projeto que é invendável, então, não é simplesmente, no meu entendimento, a Casa ficar aguardando as explicações numéricas do Governador. Esse projeto, no meu entendimento, deveria ser devolvido ao Executivo porque ele não sabe o que está falando.

Deputado Dr. Julianelli, lhe concedo um aparte.

O DR. JULIANELLI – Acompanhei a fala de V. Exa. e concordo, esses números são absurdos. Mas gostaria, Deputado Luiz Paulo, de acrescentar um

outro fator nesta discussão que acho que é importante, e a emenda que fiz junto com a Deputada Lucinha para proteger a FIA vai nessa direção. Essa fundação, a FIA, é responsável por programas de trabalho protegido para a adolescência, de atenção à criança com deficiência, de atenção às crianças e adolescentes em situação de risco, de apoio às crianças e adolescentes vítimas de violência.

O que eu quero dizer? O Estado tem obrigação com esses programas que são essenciais para a sociedade do Rio de Janeiro. Então, além do que V. Exa. traz, sobre não bater o financeiro, precisamos ter aqui claro como vão ser conduzidos tais programas após a extinção dessas fundações. Isso, na minha opinião, talvez seja até mais importante do que o financeiro, porque vamos criar um caos nas Pestalozzis, nas Apaes e em todos os outros programas que a FIA ampara.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ PAULO – Sr. Presidente, concluindo e concordando com o Deputado Dr. Julianelli, eu afirmo que, no mérito, das seis fundações cuja extinção foi proposta, cinco não merecem nem ser discutidas. Como acabar com a Fiperj, a fundação da **pesc**ca, se somos o terceiro Estado da Federação em costa marítima e um dos maiores consumidores do Brasil de **pesc**cado? Por que acabar com a Fiperj? Por que acabar com a Santa Cabrini, que presta um serviço relevante no sentido de os presidiários poderem ser recuperados e trabalharem? Por que acabar com a Ceperj, que é a instituição que faz os concursos no Estado e é o nosso mini-IBGE? Por que acabar com a Fundação Anita Mantuano, que toma conta de todos os nossos museus?

Sr. Presidente, no mérito esse projeto é imprestável e na forma o Governo não sabe dizer nem um número, erra todos. Como pode ir ao jornal dizer que vai gerar economia, Deputado Pedro Fernandes, de 500 milhões se o Orçamento inteiro de 2016 para as seis fundações é de R\$ 130.105.534,00?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES – Questão de ordem, Presidente.

O SR. LUIZ PAULO – Deputado Pedro Fernandes, desculpe.

O SR. PEDRO FERNANDES – Rapidamente, para não pedir questão de ordem, só aproveito para dar os parabéns aos aniversariantes do dia, Deputados João Peixoto e Bebeto, que não está aqui presente. Deixo os meus parabéns aos nobres colegas.

O SR. MARCOS ABRAHÃO – Questão de ordem, Sr. Presidente, rapidinho, só para agradecer aos colegas por o meu projeto ter passado. Eu estava na Presidência e não tive oportunidade de agradecer aos nobres pares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Deputado Marcos Abrahão, Deputada Daniele Guerreiro.

A SRA. DANIELE GUERREIRO – Pela ordem, Presidente, é só para justificar a ausência da Deputada Enfermeira Rejane, que fraturou o pé e se encontra de licença.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Montes) – Ok.

O SR. LUIZ PAULO – Obrigado, Sr. Presidente.

Fonte:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/4f42e427b24ffd3583257f5b00680892?OpenDocument&Highlight=0,pesca>